



PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº. 6436-0 25/10/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2023-078
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2023-078

O Senhor **FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO**, brasileiro, divorciado, funcionário público municipal, Técnico em Contabilidade, CRC/PA nº 014781/0-8, residente e domiciliado na Trav. Coronel Antônio Pedro, nº 620, casa 01, bairro Centro, CEP 68.600-000, município de Bragança, estado do Pará, portador da cédula de identidade nº 182836 SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 091.700.492-20, responsável pelo Controle Interno do Município de Bragança, Estado do Pará, nomeado nos termos da Decreto nº 003/2021, DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, que analisou integralmente os autos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2023-078, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2023-078**, que tem por objeto, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE MALHARIA DIVERSOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRAGANÇA**, celebrado pela, **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, tendo como proponentes, **T. R. O DE AGUIAR-ME**, CNPJ Nº 07.363.750/0001-77, **PINHEIRO COMERCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA-EPP**, CNPJ Nº 40.414.461/0001-25, **D.V. SILVA AMORIM LTDA**, CNPJ Nº 42.816.433/0001-60, **AMAZON MALHARIA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, CNPJ Nº 39.780.214/0001-63, **JB COMERCIO BARBOSA E SERVICOS LTDA**, CNPJ Nº 43.821.348/0001-52, **SANTA JULIA COMERCIO VAREJISTA DE ART. ORTOPEDICOS LTDA**, CNPJ Nº 31.709.294/0001-59, tendo como com base nas regras insculpidas pela Lei nº. 8.666/ 93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o procedimento administrativo, encontra-se:

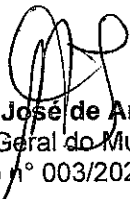
☒ (X) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

☐ () Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a (s) seguinte (s) ressalva (s):

☐ () Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a (s) impropriedade (s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o procedimento administrativo supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Bragança / Pará, 25 de outubro de 2023.


Francisco José de Araújo
Controlador Geral do Município
Decreto nº 003/2021